

*Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana**

ALBERTO AGGIO**

Universidade Estadual Paulista/Franca

MARCOS SORRILHA PINHEIRO***

Universidade Estadual Paulista/Franca

Resumo: Ao longo dos dois últimos séculos a questão da identidade latino-americana resultou na elaboração de uma variedade de interpretações sobre a origem, a realidade e o futuro do continente. Neste quadro de múltiplas elaborações, os intelectuais desempenharam papel central na mobilização de referenciais histórico-culturais. Concebidos como consciência crítica das sociedades e responsáveis por apontar os caminhos da comunidade política em que se inserem, coube aos intelectuais o papel de articular e difundir uma imagem capaz de traduzir as contradições e tensões da sociedade latino-americana. Por conta desse protagonismo, as diversas representações identitárias acabaram por se confundir com as próprias transformações ocorridas no campo intelectual, como: a formação de novos ambientes de sociabilidade intelectuais e a expansão do mundo letrado para setores sociais mais amplos da América Latina. Seguindo tal entendimento, o presente artigo se preocupa em apresentar uma trajetória sobre a produção/atuação dos intelectuais a partir da questão das identidades político-culturais latino-americanas. Interessa-nos averiguar como o próprio papel do intelectual na América Latina sofreu alterações ao longo dos dois últimos séculos e, ao mesmo tempo, como tais mudanças exigiram dos mesmos novas interpretações sobre a sua realidade e, mais especificamente, sobre a identidade latino-americana. Neste exercício, destaca-se o envolvimento dos atores sociais com o poder e a ambígua relação com o Estado. Diante desta problemática, é preciso

* ¹ Artigo submetido à avaliação em 08 de outubro de 2012 e aprovado para publicação em 01 de abril de 2013.

** Professor titular do Departamento de História da Unesp/Franca.

*** Professor assistente Doutor do Departamento de História da Unesp/Franca.

destacar que Revolução e Democracia também interferem nesta complexa equação por meio da qual os intelectuais formulam interpretações sobre o continente.

Palavras-chave: Intelectuais; Identidades latino-americanas; História intelectual.

Abstract: Along the last two centuries the issue of Latin American identity resulted in the elaboration of a variety of interpretations about the origin, reality and the future of the continent. In this context of multiple elaborations, the intellectuals played a central role in the mobilization of historical and cultural references. Conceived as a critical conscience of the societies and responsible for pointing out the paths of the political community to which they belong, fit the role to intellectuals to articulate and disseminate an image able to translate the contradictions and tensions of Latin American society. Due to this protagonism, the various identity representations eventually be confused with the own transformations in the intellectual field, such as: the formation of new intellectuals sociabilities environments and the expansion of the literate world to wider social sectors in Latin America. Following such understanding, this paper is concerned to present a trajectory over the production/performance of intellectuals from the question of the political and cultural identities in Latin America. We are interested in how to determine the own role of the intellectual in Latin America has changed over the last two centuries, and at the same time, such as changes demanded of them new interpretations of their reality and, more specifically, on the Latin American identity. In this exercise, we highlight the involvement of social actors with the power and ambiguous relationship with the state. Faced with this problem, it should be noted that Revolution and Democracy also interfere in this complex equation by which intellectuals formulate interpretations of the continent.

Keywords: Intellectuals; Latin American identities; Intellectual History.

Apresentação

A questão da identidade latino-americana é – e continua a ser – um problema para o exercício intelectual entre nós, tanto no que se refere à natureza das sociedades latino-americanas quanto em relação a própria problemática do lugar dos intelectuais nessas sociedades. Tal dilema se converte em algo de difícil tangibilidade dado a ambivalência

inerente ao conceito de identidade uma vez que este se reporta à afirmação e ao reconhecimento daquilo que se supõe como “o autenticamente próprio” em contraste com a busca de uma diferenciação singular frente a outras culturas. Trata-se, portanto de um exercício não apenas de construção de uma imagem sobre si, mas da elaboração desta perante o outro.

No caso específico das identidades latino-americanas existe ainda um obstáculo maior, no qual aparece como evidente a superposição de referenciais identitários que deriva de eixos históricos potentes como os legados e tradições que envolvem: a presença das culturas indo e afro-americanas, a diversificada influência dos Estados Unidos e, também, a múltipla e secular herança cultural européia. Se o desafio das identidades nacionais na Europa, ainda no início do século XIX, foi justamente a invenção de uma comunidade de nascimento que preexistiria ao processo de imposição estatal, garantindo a existência de um patrimônio comum à mesma², na experiência latino-americana, a superposição de tradições torna esta construção ainda mais complexa. Entretanto, para além dessa dimensão substantiva, a centralidade dos intelectuais em relação ao tema da identidade latino-americana implica, também, o reconhecimento de que sempre foi por intermédio deles que se buscou produzir uma identidade para o continente, mais precisa em seu desenho e destino³.

Tomando esse ponto de partida como referência, o que pretendemos nesse artigo é: apresentar uma breve trajetória do exercício intelectual de criação de identidades latino-americanas a partir da esfera ou da vida política levando em conta as transformações ocorridas na História do continente e a própria reorganização do campo intelectual neste cenário. Nosso roteiro procurará realizar, em primeiro lugar, uma breve incursão pela antiga problemática da relação dos intelectuais com a política para, em seguida, buscar refletir a respeito da nossa questão primordial, tendo como suporte a literatura que se voltou para a investigação das relações entre os intelectuais e a política na América Latina.

² Cf. THIESSE, 2001/2002, p. 8.

³ Cf. GRANADOS GARCÍA. Y MARICHAL, 2004.

A primeira dimensão aparece como uma revisão necessária das leituras, desde suas referências teóricas mais gerais a respeito das relações existentes entre os intelectuais e a política. A segunda será nosso foco de discussão particular e, para tanto, realizaremos uma verticalização desta temática para a situação específica que se desenvolve no contexto das sociedades latino-americanas, em busca de uma possível singularidade na qual a pluralidade de identidades foi se impondo. Por isso, cabe, desde já, uma advertência: o exercício intelectual de busca por uma identidade latino-americana produziu resultados diferenciados e que respondem a demandas específicas de cada contexto de criação. Talvez tal afirmativa seja, logo de início, uma constatação dessa difícil tarefa de se lidar com referências múltiplas de culturas e ancestralidades presentes na América Latina a qual mencionamos. Mas, também, demonstra a existência do exercício retórico de criação de discursos sobre a América Latina que tentam se impor no embate político dos intelectuais de acordo com seus grupos de pertencimento, redes de sociabilidades e filiações ideológicas e/ou políticas.

Assim, entendemos que a relação entre intelectuais e política na América Latina ocupa efetivamente um lugar importante na área de estudos dedicada a investigar especialmente a história política e cultural latino-americana. Como parte daquilo que poderíamos definir mais especificamente como uma história das ideias políticas, esta problemática pode apresentar novos elementos analíticos a respeito da trajetória e do destino dos grandes sistemas de idéias na América Latina, como o liberalismo e o marxismo, uma vez que inúmeros intelectuais estiveram vinculados a estas concepções de mundo. Por outro lado, como parte da dinâmica política, esta problemática também pode nos auxiliar na compreensão de como os intelectuais percebiam o seu lugar específico no mundo da política e, simultaneamente, acreditavam nas suas potencialidades enquanto atores da transformação social.

De uma forma geral, nossa orientação analítica será a de procurar estabelecer um procedimento que, seguindo a Michel Winock (1996, p. 287), visa, antes de tudo, dar sentido aos discursos bem como descobrir suas linhas de força, visando “identificar melhor o que muda e o que permanece nas

ideias em curso”. Por outro lado, parece-nos importante lembrar também o que estudiosos da questão, como René Rémond, têm enfatizado no sentido de que “as idéias nunca são mais que a expressão dos interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pelas pressões dos conjuntos sócio-econômicos” (1996, p. 18). Tal concepção conduz a uma melhor apuração do estudo da condição e da função do intelectual, identificando, como sugere Remond, os seus “itinerários políticos” – grandes eixos de engajamento intelectual –, a sua posição em relação às diferentes “gerações” de intelectuais – como “grupos de intelectuais oriundos de uma matriz comum de pensamento”; com “sensibilidades ideológicas comuns” –; e o foco de sua “sociabilidade” – redes ou estruturas de relação, ou ainda, “os meios ou forças de adesão ou de exclusão” (p. 244-248).

Por fim, nunca é demais chamar a atenção para a ideia de que a produção intelectual se articula sob um prisma dialético entre pensamento e ação (CANSINO, 1999). À medida que a relação texto/contexto passa a se concretizar, o contexto ilumina o texto e as referências teóricas predominantes se apresentam demarcando tendências e alguns aspectos do espaço intelectual a que estão filiadas, notadamente a dimensão que diz respeito ao universo da circulação das idéias. A partir desse tratamento, a produção intelectual, apesar de manter seu caráter intrínseco de desprendimento reflexivo, deve ser encarada também enquanto ação política que se realiza em um universo onde a formulação teórica e a interpretação da realidade correspondem a determinadas tomadas de posição frente ao debate produzido num espaço-tempo específico. Neste movimento, as ideias encontram sua legitimidade mais na coerência de suas respostas frente aos problemas concretos do que em relação à essência e originalidade das formulações científicas utilizadas para a elucidação dos problemas trabalhados pelos intelectuais.

O problema dos intelectuais com e na política

Poderíamos iniciar essa breve reflexão com o reconhecimento de que já existe uma vasta e importante literatura a respeito do papel e do significado histórico dos intelectuais nas sociedades ocidentais⁴. Desde a Antiguidade, o qualificativo de intelectuais tem sido aplicado a um seletivo grupo de homens que formulavam interpretações sobre a realidade social e, de algum modo, as tornavam públicas. Os intelectuais configuraram-se como especialistas na produção e reprodução de valores e símbolos, crenças e representações coletivas, idéias e imagens com as quais a sociedade construía uma visão sobre si mesma. Esta atividade, ainda que não inteiramente autônoma do ponto de vista social, acabava reservando a esta camada especial de pessoas a função de formular as ideologias sociais e os discursos legitimadores tanto do sistema de crenças da sociedade quanto da estrutura de dominação. Desta forma, por meio de diversas denominações, dentre elas “filósofos” ou “pensadores”, a humanidade vem qualificando, até os dias atuais, aqueles que ocupam a posição e a função social dos intelectuais. No essencial, o que se quer assegurar com esta qualificação é o reconhecimento de que a vida social engendra personagens que se encarregam de elaborar, sistematizar e difundir idéias próprias que são produzidas contemporaneamente.

Essa situação persistiu sem bruscas alterações até a época da Ilustração ou Iluminismo. A partir de então, a figura do produtor e difusor de idéias - o escritor, religioso, artista ou filósofo – que ocupava o lugar do “intelectual tradicional”, ganharia uma dimensão nova: o intelectual passaria a ser não aquele que além de viver *para* as idéias viveria também *das* idéias; o intelectual encontraria, assim, o seu lugar especializado no conjunto da sociedade (BOBBIO, 1997). Essa junção entre pensamento crítico e especialização de conhecimentos acabou por legitimar gradativamente a função dos intelectuais na sociedade moderna. É por essa razão que os

⁴ Neste momento, torna-se interessante apresentarmos, em linhas gerais, as principais formulações sobre os intelectuais no Ocidente para que, mais adiante, quando tratarmos especificamente dos intelectuais latino-americanos, possamos estabelecer suas especificidades e, também, relacioná-los à esta tradição.

intelectuais conseguiriam aumentar seguidamente o seu prestígio social e assim se situarem como uma espécie de “consciência crítica da sociedade”.

Na sociedade moderna, portanto, a camada de intelectuais assume, de maneira integral e de forma cada vez mais autônoma, a função de elaboração e difusão de ideias. E, juntamente com isso, os intelectuais passam a ser produtores de “estilos de pensamento” que se tornam responsáveis por sistematizar e dar forma a concepções de mundo e de vida vinculados aos distintos grupos que compõem a sociedade. Nas palavras de Gramsci, o intelectual que emerge na sociedade moderna é cada vez mais um “intelectual orgânico” a este tipo de sociedade, operando a partir dos grupos sociais que a estruturam, sejam eles vinculados ao mundo do capital ou ao mundo do trabalho (GRAMSCI, 2000).

A emergência definitiva da camada dos intelectuais na vida política moderna se realiza, na Europa Ocidental, no final do século XIX e é inteiramente motivada pelo conhecido *affaire* Dreyfus⁵. Para além dos discursos fundados na especialização e/ou na elaboração de sistema de valores de natureza geral, o que fica nítido naquele evento é a manifestação do empenho ético-moral de “pessoas públicas” frente às estruturas políticas dominantes, em especial aquelas organizações fechadas, nascidas e reproduzidas pelo beligerante nacionalismo que assolava o continente europeu. Aquela conjuntura abriu, efetivamente, um novo cenário para a relação entre intelectuais e política. Tratava-se de “revelar a injustiça ao mundo; invocar o testemunho das opiniões para denunciar o que era intolerável; utilizar a própria reputação, o próprio talento reconhecido, a própria autoridade moral para convencer e superar os gigantescos obstáculos impostos pelo poder” (DELPORTE, 1996, p. 9).

⁵ O *affaire* Dreyfus diz respeito à condenação do oficial do exército francês Alfred Dreyfus, acusado de traição, em 1894. Diante das evidências de inocência do condenado, um grupo de pensadores da época, liderados por Émile Zola, organizou uma carta manifesto intitulada *J'accuse*. A mobilização surtiu efeito e a sentença foi revertida em favor do oficial. O evento é um marco na história dos intelectuais, uma vez que demonstra a capacidade de mobilização e intervenção dessas personagens, para além de sua antiga imagem de analistas externos da sociedade.

Diante do aumento da complexidade da sociedade moderna no final do século XIX, dos acentuados processos de urbanização e de industrialização, do panorama de iniquidade social generalizada, aos olhos de muitos intelectuais emerge um personagem antigo que passa a merecer uma nova qualificação: neste contexto de mudanças, aquilo que era visto como “povo” passa a ser conotado como “massa” e os intelectuais, tal como no caso *Dreyfus*, passam a construir em relação a estas massas um sentido de missão, em sua defesa e contra o Estado, visto como responsável por tal situação (JULIÁ, 1997).

A partir deste contexto histórico, portanto, a camada de intelectuais ganhou uma autonomia e uma conformação próprias, definindo fortemente o seu lugar no conjunto da vida social. Pode-se dizer, sinteticamente, que os intelectuais passaram a atuar na sociedade moderna como se fossem “sujeitos morais”, compromissados com a necessidade de intervir organicamente junto à sociedade na defesa dos valores moralmente “superiores”. Ainda que a análise das implicações ético morais fosse algo já presente entre os pensadores ocidentais, este caráter de organicidade não o era⁶. Desta feita, essa nova situação, introduziu um elemento teórico para a análise dos intelectuais que, num certo sentido, passou a ser inelutável, qual seja, a de que é importante analiticamente relevar sempre as vinculações entre a “atividade de pensar e o empenho moral do analista na elevação da condição humana” (BASTOS & RÊGO, 1999, p. 5).

Como foi descrito, a assunção deste papel pelos intelectuais, reflete a dinâmica realidade das sociedades modernas, após a explosão da Revolução Industrial em meados do século XIX. O surgimento das massas no cenário urbano e a dinâmica do trabalho, associados ao aparecimento da opinião pública, colocou diante dos intelectuais o desafio de assumirem um lugar de árbitros na relação entre os aparelhos institucionais e a sociedade civil. Por conta disto, é possível dizer que, além de sujeitos morais, os intelectuais agregam à sua identidade o dever de elaboração de propostas para a polis

⁶ Este envolvimento orgânico é o que Julien Benda chamou de traição dos intelectuais, uma vez que deixam seus postos de analistas externos das questões valorativas da sociedade. Ver: BASTOS & RÊGO, 1999. Trataremos mais sobre essa questão ao longo deste artigo.

(REIS FILHO, 2000). Enquanto “consciência crítica da sociedade”, aparecem como responsáveis por apontar o melhor caminho a ser adotado pela “cidade”. Em outras palavras: a “moral” da comunidade ou a ética da polis. Desde então, o papel social do intelectual não poder ser pensado desconexo de sua relação inerente à política, uma vez que a sua identidade se constrói exatamente em torno de sua intervenção, nem sempre harmônica, nos assuntos pertinentes a esfera pública.

Desta forma, concebendo os intelectuais como uma categoria social definida, embora heterogênea, difícil de ser apanhada como um todo estruturado, mas passível de ser compreendida a partir das suas motivações e, portanto, de suas inclinações político-éticas, entendemos que a camada dos intelectuais na sociedade moderna não deve ser concebida exclusivamente a partir de uma perspectiva reducionista que lhes atribui, de um lado, a função de “auxiliares” das classes sociais e, de outro, o papel de “técnicos” produtores de conhecimento que se enclausuram nas redes institucionais de proteção profissional. A relação entre intelectuais e política é efetivamente uma relação tensa que contradita o discurso e imperativos reais, pensamento, ideias e aquilo que está posto, neste caso, a política prática. Mas, seguramente, podem evidenciar o movimento de transformações políticas que ocorre numa determinada sociedade e, nesse terreno, poderá se verificar qual a participação dos intelectuais nessas mudanças e também suas formas de adaptação às novas condições.

Este papel social atribuído aos intelectuais também possui a sua própria trajetória no cenário latino-americano. Ainda que guarde conexões e aproximações ao próprio avanço da modernidade no mundo ocidental, entendemos que na América Latina coube aos intelectuais algumas particularidades. Para o que aqui nos interessa, é possível afirmar que o surgimento dos intelectuais, bem como suas diversas configurações, guarda íntima relação com a busca pelo estabelecimento de identidades para o continente. Por isso, não é equivocado se afirmar que, neste subcontinente, a trajetória dos intelectuais serve como uma espécie de “lente das

metamorfoses das identidades latino-americanas” (GRANADOS GARCÍA, 2004, p. 11).⁷ Passemos a este ponto.

Emergência e trajetória dos intelectuais na América Latina

Apresentado em linhas gerais o argumento central que guiou a primeira dimensão que escolhemos para este artigo, agora abrimos a possibilidade de um conjunto de perguntas em relação ao campo específico de nossa reflexão: a América Latina. Efetivamente, como se constituiu historicamente a camada de intelectuais na América Latina? Como e em que momento os intelectuais se definiram como grupo social específico e que atuação tiveram, conforme a especificidade das conjunturas? Quais papéis desempenharam em relação ao conjunto da sociedade e em relação às suas questões mais decisivas? Em termos gerais, como refletir os resultados de seus projetos e ações em comparação com outros intelectuais nos países do chamado “Ocidente”? Mais do que isso: tais resultados são coerentes com a natureza percebida do intelectual na América Latina em comparação com o conjunto dos países ocidentais? Estas são perguntas até certo ponto ambiciosas que se referem a um campo polêmico de investigação e, em nosso entendimento, a um horizonte historiográfico que precisa ser ainda bastante explorado. No entanto, nos arriscaremos a alguns apontamentos.

A presença dos intelectuais é, desde o início, um fato reconhecível na história da América Latina. Não seria exagero afirmar que os intelectuais ocuparam um lugar central na própria definição da América Latina como espaço cultural e político. Mansilla (2004, p. 14) ilustra bem esta questão quando afirma que,

na América Latina existe uma rica tradição estabelecida por uma velha pergunta sobre o destino e sobre a vocação das sociedades do Novo Mundo, tradição personificada pelos grandes *ensaístas* que se dedicaram a questões

⁷ Todas as traduções são de nossa autoria.

clássicas, como a identidade coletiva das nações latino-americanas, os modelos adequados de ordenamento social, os complexos vínculos com os países altamente desenvolvidos e o futuro da região.

É interessante observarmos que esta não é uma característica que possa ser generalizada a todos os intelectuais do Novo Mundo, aplicando-se apenas ao caso latino-americano uma vez que, nos países do norte, houve um maior distanciamento entre os intelectuais e a política, fazendo com que os “homens de letras” não gozassem de tanto prestígio público e não fossem vistos como os responsáveis por opinar decisivamente sobre a ética social, fato que os deixou mais restritos aos espaços acadêmicos de atuação (MANSILLA, 2004, p. 15). A centralidade dos intelectuais perante a opinião pública é algo que se destaca na História da América Latina em comparação a outras localidades. Tal peculiaridade pode ser explicada, de acordo com Wilhelm Hofmeister (2004, p. 8), em função de que, “até muito pouco tempo atrás as sociedades [latino-americanas] se caracterizavam por uma pequena minoria com boa formação e uma grande massa de iletrados; a retórica e o personalismo exerciam uma grande influência sobre o comportamento político”. Assim, o sentido de missão perante as massas, mencionado anteriormente, ganhou uma dimensão potencializada em solo latino-americano.

Desde o período colonial e especialmente a partir da independência, os intelectuais latino-americanos manifestaram de muitas maneiras uma perspectiva cosmopolita de formulação projetual, no sentido de conceber uma identidade própria para as sociedades latino-americanas, que se diferenciasses tanto do modelo anglo-americano quanto europeu. No período colonial, Espanha e, especialmente Portugal, conseguiram impor, com êxito, fortes limitações à participação dos “intelectuais” nas atividades governativas. Entretanto, a maior parte dos movimentos de independência, no início do século XIX, contou com intelectuais como seus codirigentes. Como sabemos, o liberalismo foi a ideologia que mais influenciou os intelectuais no final do período colonial e no alvorecer dos Estados

Nacionais na América Latina. Depois da independência e ao longo do século XIX, os intelectuais latino-americanos, ainda influenciados pelo liberalismo, manifestaram, em geral, um rechaço às heranças do passado colonial⁸. Contudo, essa posição não se concretizaria em posturas de um liberalismo ou de um nacionalismo exacerbado naquele momento. Os Estados Nacionais que emergem até meados do século XIX não se configurariam, portanto, como um terreno propício para os intelectuais radicalizados pelo liberalismo. Estes foram, um a um, desalojados do poder quer seja por caudilhos ou por regimes que se sustentaram na camada militar.

Este resultado não implicou no afastamento dos intelectuais em relação ao Estado. Muito ao contrário, o Estado permaneceu como espaço primordial de atuação do intelectual. Tampouco significou que o liberalismo não ocupou um lugar central na maneira dos intelectuais encararem o Estado, o que ficou patente já em meados do mesmo século XIX. Neste momento, um outro tipo de intelectual, com uma nova vinculação com a política emergiu neste cenário. Suas referências, em geral, tomavam “o liberalismo como mito unificador das elites latino-americanas e o positivismo cientificista como filosofia de Estado” (PLOTKIN y GONZÁLEZ, 2000, p. 18). Desta feita, uma série deles passaram a participar dos governos como burocratas, justificando, refinando e administrando a política que formulavam. Por esse caminho e pela dinâmica da política oligárquica, uma quantidade respeitável alcançou o topo do poder político.

Não se trata de dizer que na Europa o Estado não tenha sido também um espaço de atuação intelectual. Porém, na América Latina, tal aproximação foi mais profícua e com resultados diretos na própria dinâmica do Poder Executivo. Não foi por menos que, no século XIX e início do século XX cerca de trinta escritores ocuparam a presidência de seus

⁸ Já nos primeiros anos após a independência, durante a realização do Congresso do Panamá (1826), a opção de intelectuais e políticos foi pela utilização do termo América para designar o novo território que se emancipava. Tal referência ocorria como uma tentativa de se desvincular do passado espanhol. A adoção do termo hispano-américa somente aparecerá a partir do Congresso de Lima realizado em 1848 e, de certa forma, já apresentava a necessidade de se estabelecer uma diferenciação perante os Estados Unidos (Cf. GRANADOS GARCIA, 2004).

respectivos países (JONHSON, 1958). Quase que por todo o século XIX, a camada dos intelectuais latino-americanos, de uma forma geral, vinculou-se mais ao aparelho estatal do que a sociedade civil. É nesse momento que emerge a forte representação sarmientina baseada na polarização “civilização versus barbárie”, significando essa última a caracterização dos traços essenciais das sociedades latino-americanas. Esta é uma constatação que apresenta, também, outra novidade em relação aos intelectuais latino-americanos em comparação aos europeus. Se na Europa, o homem de letras assumiu o papel de árbitro na relação estabelecida entre os “aparelhos institucionais” e a sociedade civil, na América Latina vemos ocorrer o inverso. Num primeiro momento, não existe o compromisso moral de “superar os gigantescos obstáculos impostos pelo poder” garantindo a defesa da massa ante a força implacável do Estado. Ao inverso, o “povoamento” do Estado seria uma forma de garantir a própria condução das massas por um projeto civilizador capaz de livrá-la da condição de barbárie e garantir um lugar entre os povos civilizados do ocidente. Conforme já sugerimos, a geração intelectual de 1837 na Argentina é um exemplo bastante esclarecedor desta realidade. Para homens como Sarmiento, Alberdi, Echeverría, entre outros, nada mais desejável do que aumentar o campo de atuação do Estado, expandindo a educação pública e levando o modo de vida da polis para os rincões do país, como estratégia de alavancar o sonho civilizacional.

Em suma, na América Latina, até as primeiras décadas do século XX, a dinâmica dos intelectuais com a política está diretamente relacionada à problemática de suas relações com o poder. Aqui, “em lugar da tensão original que é a essência da relação entre o intelectual e o poder, tensão característica do contexto europeu, houve uma solidariedade entre ambas as partes” (HOFMEISTER, 2004, p. 10). Se, por um lado, buscou-se romper com a herança espanhola após a independência, o mesmo não se pode dizer com respeito à continuidade institucional deste legado. De certa maneira, tal realidade está relacionada com a própria origem social dos intelectuais naquele momento, fortemente vinculada a classes dominantes de perfil

aristocrático. Assim, uma das principais funções dos intelectuais foi a de legitimar as ações do Estado.

No entanto, ao final do século XIX tal quadro começou a ganhar novos contornos e, não por acaso, outra representação da América Latina passaria a ser formulada procurando resgatar um certo “humanismo latino-americano” e, ao mesmo tempo, buscando recuperar as raízes hispânicas da identidade latino-americana. A principal referência dessa nova perspectiva é, sem dúvida, o *Ariel* de José Enrique Rodó. Esta mesma perspectiva também emerge, ainda que de forma híbrida, no clássico *La Raza Cósmica* de José Vasconcelos. Um conjunto de processos sociais e culturais deu força a esse processo de mudança, dentre os quais poderíamos mencionar o início da profissionalização dos intelectuais, a diminuição do analfabetismo com a expansão do sistema educativo, a ampliação do público consumidor de bens culturais e o incremento da urbanização com a conseqüente modernização das sociedades. É sempre bom lembrar que a “cidade” é o ambiente primordial para o protagonismo dos intelectuais.

Desta feita, o que se observa é que no início do século XX as cidades começaram a receber um número cada vez maior de migrantes (estrangeiros e locais) aumentando consideravelmente o seu tamanho. O crescimento das cidades veio acompanhado do surto de modernização industrial em várias cidades latino-americanas, como Buenos Aires, a Cidade do México, Santiago e São Paulo. A chegada desses migrantes ao espaço urbano provocou não somente alterações econômicas, mas também culturais. Evidentemente que o cenário político também se alterou profundamente. As massas passaram a participar de maneira mais incisiva dos movimentos políticos daquele momento. Assim,

Participando efetivamente dessa intensa dinâmica de transformações, milhões de pessoas provenientes dos segmentos subalternos da sociedade atuaram, individualmente ou coletivamente, quer reagindo àqueles processos, quer afirmando os aspectos positivos de suas realizações materiais (AGGIO, 2003, p. 140-141).

Desde o início do século XX, vemos ocorrer em toda a América Latina, ondas modernizadoras que buscaram tornar o Estado mais efetivo e abrangente. O processo de modernização e crescimento das cidades possibilitou o aumento de setores médios da sociedade formados por profissionais liberais, pela crescente burguesia citadina e por trabalhadores das indústrias mobilizados por sindicatos, que dialogavam ativamente com correntes de pensamento vindas com operários europeus, como o anarquismo e o comunismo. Tais setores, tanto à esquerda quanto à direita, começaram a construir uma vida política mais autônoma em relação aos antigos grupos de poder. Diante da dinâmica da vida na polis, passaram a apresentar de maneira organizada suas reivindicações para o Estado, e, estando afastados do centro de controle do mesmo, atuaram como propositores de novas interpretações de mundo, combativas ou conciliadoras, em relação à organização social promovida pelo Estado. As interpretações de mundo levavam em conta as experiências e referências culturais próprias de seus grupos de pertencimento, oferecendo novos elementos à cultura e/ou à engenharia política daquele momento.

Por conta disso, no início do século XX, revigorando uma tradição aberta por autores como Rodó, José Martí e José Vasconcelos, os intelectuais latino-americanos conseguiriam formular, em termos gerais, a ideia de que o subcontinente se constituiria num espaço cultural distinto, cuja identidade era formulada a partir de discursos consistentes e estruturados que, em muitos casos, “alcançaram o *status* de discursos dominantes e ‘oficiais’ em suas respectivas sociedades” (PLOTKIN y GONZÁLEZ, 2000, p. 19). A diferença em relação ao período anterior está justamente na capacidade de tais interpretações convencerem a opinião pública e, por meio do embate político, influenciarem os direcionamentos do Estado. Em outras palavras, são concepções/projetos que nascem fora do Estado com vistas a “conquista-lo” ou influencia-lo, por meio da mobilização da sociedade civil, tanto pela dinâmica partidária/eleitoral, quanto por meio da organização dos movimentos sociais.

Como dissemos anteriormente, na Europa Ocidental, a emergência na história política da camada dos intelectuais como um grupo autônomo data do final do século XIX e se generaliza a partir das primeiras décadas do século XX. Na América Latina, não existe muita dúvida de que tal emergência esteja diretamente vinculada à Reforma Universitária de Córdoba (Argentina), em 1918. Complexo processo relacionado diretamente à desagregação das sociedades tradicionais e ao advento dos setores médios na vida política, e que iria posteriormente se ampliar para grande parte da América do Sul e Central, México e Caribe, a “reforma” colocou em marcha projetos políticos renovadores conduzidos por intelectuais – basta aqui lembrarmos de José Carlos Mariátegui e de Victor Raul Haya de la Torre, no caso do Peru. É o momento em que emergem na cena histórica latino-americana as temáticas das vanguardas políticas e culturais. A experiência da “vanguarda intelectual” que aflorou naquele contexto se constituiu assim na primeira geração de intelectuais latino-americanos a estabelecer o seu campo de atuação decisivamente fora do Estado e ocupar o espaço de intermediação entre os “aparelhos institucionais” e a sociedade civil. Como destaca Patrícia Funes (2006, p. 403):

As elites culturais e políticas do dezenove colocaram ênfase na organização do poder e da ordem. Sua preocupação onipresente era a construção do Estado e sua reflexão sobre a nação era subsidiária dessa necessidade. Os intelectuais dos anos vinte compartilham esse *ethos* projetual, civilizatório e faustico. Mas não são homens “clássicos” ou positivistas, mas sim românticos. Nesta década o pensamento latino-americano busca definir (ou criar) imagens e representações da nação num terreno que não possui apenas o Estado como protagonista e que privilegiadamente tramita no campo da cultura. Um campo que se redefine e se amplia para abarcar e definir um “nós” social mais inclusivo que, efetivamente, não deixa de atender ao problema da ordem.

É importante notarmos que esta geração de intelectuais também traz em sua caracterização uma séria alteração de corte social. Em sua grande maioria, foi formada por universitários, profissionais liberais e trabalhadores, algo muito distinto do que era visto no final do século XIX. Com a alteração do campo de atuação e do corte social, tais grupos passaram a inventar e organizar novos espaços de criação e atuação, o que fica claro com a fundação de revistas, jornais e editoras vinculadas a estes novos atores do mundo da cultura e da política. A Revista *Amauta* de José Carlos Mariátegui (Peru) e *Claridad* de Antonio Zamora (Argentina) são exemplos muito nítidos do processo ao qual estamos nos referindo⁹. Não por acaso, ambas também se apresentam diretamente relacionadas com o fenômeno da Reforma Universitária. Evidentemente, que a circulação de tais revistas demonstra não apenas o senso de organização dos intelectuais, como também o próprio aumento do público leitor. Tais fatos, também são evidenciados pelo crescente número de publicações de livros e editoriais focados neste novo segmento.

As referências socioculturais destes novos atores também se refletem no conteúdo das obras publicadas que passaram a apresentar novos modelos de interpretação da realidade e da identidade latino-americana. Acima de tudo, a grande marca desta geração será a esperança no futuro do subcontinente e a valorização de elementos tipicamente latino-americanos, como a mestiçagem e/ou a tradição indígena. No lugar do ideal civilizatório sarmientino, o que essa geração propôs foi a valorização de uma identidade própria para a América Latina que passa, com maior vigor a ser interpretado como um bloco único de tradições política e cultural. Como afirmaram repetidamente os membros dessa geração, acreditavam estar vivendo uma “hora americana”. Por isso, dentre os aspectos relacionados às identidades latino-americanas surgidas naquele momento (mestiçagem, indigenismo, anti-imperialismo, entre outros), a temática da união continental é aquela que mais

⁹ As revistas e sua divulgação junto à opinião pública não seria um privilégio apenas de intelectuais de esquerda ou com concepções progressistas. Membros das elites locais dos países latino-americanos também apostariam neste veículo para difundir suas ideias, como é o exemplo da revista *Sur* na Argentina

merece destaque. A ideia de que a América Latina poderia assumir um papel de protagonismo chamou a atenção de autores daquele período merecendo inúmeros livros e ensaios que tratavam do tema. Porém, mais do que um fenômeno literário, esta temática extrapolou as páginas dos livros ao ganhar movimentos político-intelectuais de alcance continental, como bem representou a fundação da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) em 1924 e sua estratégia para se apresentar como um “partido indoamericano”.

Tal crença no protagonismo (latino) americano era reforçada por conta da crise dos referenciais ideológicos externos, principalmente europeus e em função do rechaço ao imperialismo norte-americano que, desde o final do século XIX empreendia sistematicamente a política do *Big Stick* contra a América Latina. Sem dúvida, a Primeira Grande Guerra também atuou como um período de inflexão da história dos intelectuais latino-americanos e de suas relações com a política. A crítica à Europa e à sua crise política e moral afastaria um conjunto de intelectuais da sua esfera de influência, desprestigiando a sociedade europeia como um poderoso referencial para a sociedade latino-americana. Isso abriria, no espaço público, um importante flanco à consolidação da presença das reflexões dos intelectuais a respeito da identidade latino-americana. O modelo europeu entrou em crise, mas sem afetar a influência que os acontecimentos europeus ainda mantinham sobre os intelectuais latino-americanos. Estes os viveriam de maneira imediata e apaixonada, o que provocaria uma série de reacomodações entre os intelectuais latino-americanos. De fato, depois da Revolução Bolchevique, da Guerra Civil espanhola, do fascismo, do nazismo e da Segunda Grande Guerra, o cenário intelectual viria a se expressar de forma cada vez mais polarizada e fragmentada, tanto mais em função da ampliação inaudita dos veículos de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, que se expandiam vertiginosamente.

De toda forma, fica claro que no pós-guerra a situação dos intelectuais latino-americanos havia se alterado, de um lado, em função da emergência de uma sociedade de massas cada vez mais afirmativa, e de outro, em função da presença inelutável do conflito social como um problema a ser

assimilado na anterior perspectiva de afirmação da identidade latino-americana. Em função dessa última constatação, a identidade já não poderia ser pensada mais como unívoca e o cenário de fragmentação e polarização tenderia a aumentar nas décadas que se seguiram. Reproduziu-se a partir daí com mais força e de maneira incisiva uma inclinação manifestada por parte significativa dos intelectuais latino-americanos que ficou patente ao longo do século XX, qual seja, a de procurarem ser os representantes ou porta-vozes dos setores dominados da sociedade e, em função disso, procurarem formular para esses setores uma nova identidade. Derivaria daí a forte tradição esquerdista dos intelectuais latino-americanos (PLOTKIN y GONZÁLEZ, 2000, p. 22).

Essa perspectiva não tardaria a se combinar com a luta pela afirmação de uma perspectiva de “emancipação nacional”. No final da década de 1950 e início da década de 1960, a Revolução Cubana eclodiu e seu êxito bem como sua consolidação foram, de fato, um grande divisor de águas na história dos intelectuais inclinados à esquerda na América Latina. Da mesma forma que as revoluções contemporâneas, a Revolução Cubana também acalentou a idéia de que “revolução” era uma ruptura na trama do tempo histórico que tornaria tudo inteiramente diverso do presente. O triunfo revolucionário em Cuba parecia dar razão a uma série de críticas a visão ortodoxa dos comunistas latino-americanos. Vitoriosa em 1959, aquela não era uma revolução socialista, era uma revolução conduzida pela guerrilha, com relativo apoio popular, mas tinha fortes propósitos nacionalistas e democráticos. A conjuntura internacional da Guerra Fria impeliu e consolidou o alinhamento de Cuba à ex-URSS, o que deu sustentação para a audaciosa manobra política que se havia realizado. A convergência entre nacionalismo e revolução promovida pela Revolução Cubana fez com que muitos intelectuais latino-americanos retomassem o tema bolivariano da “grande pátria latino-americana” e sua centralidade na questão da identidade latino-americana.

Este momento é muito bem ilustrado pelo surgimento da geração de intelectuais vinculada ao *boom* literário latino-americano. Ainda que se possa

discutir se o *boom* foi tão somente um fenômeno mercadológico ou a impossibilidade de tratá-lo como uma escola de pensamento, é inegável que os autores dessa geração trabalharam temáticas semelhantes que valorizavam sobremaneira o regionalismo latino-americano. Sejam pelas paisagens bucólicas de uma América intocada pelo capitalismo presentes no Realismo Fantástico, ou pela centralidade de personagens históricos como o Bolívar das narrativas de García Marques, ou pelo cenário urbano de conflitos, além do tema do autoritarismo presente no Realismo de Mario Vargas Llosa, o que estava em pauta era a construção de uma nova interpretação da América Latina. O grande interesse que a Europa teve por este tipo de literatura permitiu que os autores mostrassem ao Velho Mundo uma representação da América Latina criada por ela mesma. Além disso, é inegável que tais literatos escrevessem de forma diretamente relacionada com os acontecimentos da Revolução Cubana. De acordo com Adriane Vidal Costa (2009, p. 132),

para muitos escritores, o *boom* não foi apenas um fenômeno comercial, mas também a oportunidade de apoiar decididamente as revoluções e os projetos socialistas na América Latina. Nesse período, foram produzidos vários livros de alto valor literário que ganharam projeção internacional.

No entanto, a relação do *boom* com a Revolução Cubana não é apenas ideológica. De certa maneira, a própria explosão de vendas tem sua relação com a tomada da ilha pelos guerrilheiros, o que produziu um interesse muito grande das esquerdas europeias a respeito da capacidade criativa dos movimentos e atores políticos latino-americanos. Este interesse por conhecer as ideias produzidas na América Latina, associada ao impulso das editoras europeias, ademais da qualidade das obras, foram os grandes responsáveis pelo fenômeno. Se, por um lado, o *boom* “aproveitou” o frenesi provocado pela Revolução, o Regime de Fidel também soube capitalizar o sucesso do *boom* a seu favor. Além da articulação de tais autores por meio da revista/editorial *Casa de las Américas* e a participação desses intelectuais como jurados de concursos culturais (COSTA, 2009, p. 141), muitos autores se

envolveram diretamente com o governo cubano e passaram a se portar como intelectuais oficiais da revolução, como foi o caso de Gabriel García Marques, Júlio Cortázar, Alejo Carpentier, entre outros¹⁰.

Independente dos muitos significados que este momento histórico possui, no que tange aos intelectuais, é preciso demarcar dois aspectos importantes. Primeiramente, trata-se do momento em que os intelectuais latino-americanos passam a possuir um público não apenas em seu continente. Assim, encaram o desafio de elaborar uma identidade para a América Latina e, ao mesmo tempo, publiciza-la. É o momento não apenas de operacionalizar a identidade como forma de se compreender, mas de construir uma imagem de si para o “outro”. Em segundo lugar, por conta de sua origem vinculada a literatura, mas de intensa vivência na esfera pública, esta geração de intelectuais deixou evidente uma outra característica da intelectualidade latino-americana que resistiu até meados da década de 1970: a “polivalência”. Eles “foram simultaneamente pensadores e políticos, escritores e diplomatas, fundadores e líderes de partidos, inspiradores de ideologia e críticos dos sonhos coletivos” (MANSILLA, 2004, p. 18). Não é de se estranhar que a explosão das telecomunicações não tenha afugentado os intelectuais que passaram a desempenhar sua função de orientadores das

¹⁰ Evidentemente que este espírito advindo da Revolução não se deu de maneira uniforme entre os membros da geração do *boom*. Muitos intelectuais como, Vargas Llosa, apesar de entusiastas, nunca se apresentaram como agentes assumidamente vinculados à Revolução. Já Alejo Carpentier foi exemplo do oposto. Houve outros, como Garcia Marques, em que a vinculação direta se apresentou tardiamente, já na década de 1970. Além disso, as polêmicas e controvérsias envolvendo os caminhos revolucionários traçados por Fidel Castro promoveram cismas no apoio entusiasta dos escritores dessa geração. Exemplo claro disso foi o polêmico “caso Padilla” que culminou com a prisão do escritor Heriberto Padilla, em 1971, por conta de suas opiniões sobre a Revolução (COSTA, 2009). Anos antes Padilla já tinha sido obrigado a devolver um prêmio ganho junto ao Editorial Casa de las Américas. Outro momento de crítica veio com a expulsão do diplomata chileno Jorge Edwards Bello depois de, designado por Allende, ter estabelecido em 1971 a primeira representação do Chile em Havana, em meio ao bloqueio norte-americano. Este evento foi apresentado em um livro escrito por Edwards em 1973 sob o título de *Persona non grata*. Julio Cortázar foi um dos intelectuais que, após esses eventos, não permaneceu mais junto às fileiras de apoiadores do regime de Castro.

massas, agora em outro veículo, a televisão. Não foram poucos aqueles a se arriscaram nesta empreitada, como Octávio Paz e Mario Vargas Llosa.

Em suma, a experiência da Revolução Cubana foi o céu e o inferno para os intelectuais. De acordo com Plotkin y González (2000, p. 23), ela

redefiniu a ideia de compromisso dos intelectuais progressistas, que se converteram em porta-vozes da revolução. De forma concomitante, o imperativo de passagem à ação outorgou aos intelectuais hispano-americanos uma centralidade que nunca tinham tido antes; de fato, quase se pode falar, nesses anos, de uma reinvenção do próprio conceito de intelectual. Contudo, esse nível crescente de envolvimento político minou as próprias bases do trabalho intelectual independente, o que rapidamente geraria sérias conseqüências. O trabalho do intelectual passou a ser outra maneira de fazer política, o que coincidiu com um segundo momento nas relações entre intelectuais e revolução [...] que se caracterizou por um crescente anti-intelectualismo por parte das autoridades cubanas.

Não tardaria, também, o estabelecimento de um processo gradativo, mas permanente de crítica a essa relação por parte dos intelectuais latino-americanos. A década de 1970, especialmente depois de 1973 com a derrota do Chile de Allende, seria vivida como um momento de “depressão” para essa intelectualidade progressista que havia se envolvido integralmente com as perspectivas abertas pela Revolução Cubana (GILMAN, 2000). Com o fracasso das iniciativas revolucionárias inspiradas na Revolução Cubana caíram por terra as convicções e certezas que esta havia propugnado para o subcontinente. Esse processo coincidiria tanto com a crise dos regimes ditatoriais implantados na América Latina a partir da década de 1960 quanto com a crise que levaria ao colapso do chamado “comunismo histórico”. A partir da década de 1980, o cenário para os intelectuais era inteiramente outro, marcado por processos políticos de fortalecimento da idéia de democracia e pela globalização, por um lado, e, por outro, pela crise do marxismo e pelo declínio da influência da Revolução Cubana.

A reconfiguração dos principais eixos ideológicos do mundo provocou um redirecionamento no lugar do intelectual na sociedade civil. De certa maneira, o fim das utopias e o engajamento dos intelectuais no desafio de retomada da democracia para o subcontinente, os levaram a ocupar posições de destaque nos partidos políticos, em centros de pesquisa autônomos ou nas universidades públicas bem como junto a equipes governamentais. Aos poucos foram se transformando em especialistas, unindo-se à nascente tecnocracia influenciada por escolas norte-americanas de produção de conhecimento. Assim,

a partir da década de 1980, as imagens do intelectual latino-americano, como consciência crítica da sociedade – arquetípica dos anos 60 –, e como revolucionário – emblemática dos 70 –, foram-se apagando, dando lugar ao intelectual adaptado à lógica do possível, pragmático e com resignação diante do avanço do neoliberalismo e do fracasso do socialismo (SOARES, 2004, p. 135).

Evidentemente que tal perfil pragmático também interferiu decisivamente no papel social e político dos intelectuais, ainda que tenham continuado a possuir o seu peso, principalmente quando da necessidade de se estabelecer políticas públicas e no que se refere ao apontamento ou mesmo posicionamento público a respeito de programas governamentais ou questões mais dilemáticas presentes no seio da sociedade em determinadas conjunturas. De certa maneira, os intelectuais passaram a aparecer na esfera pública não mais como a voz da consciência moral da sociedade, mas como uma rara espécie de “pareceristas” das escolhas feitas pela mesma bem como por seus governos. Assim, garantem o seu lugar nas mídias eletrônicas e televisivas ao serem consultados sobre assuntos mais complexos da organização social, desde que o tema faça parte de sua especialidade. A aproximação e mesmo fixação no interior das estruturas acadêmicas fez com que os intelectuais passassem a ser muito mais cautelosos com aquilo que falam, uma vez que suas opiniões não podem ser apenas fruto de seu senso crítico, mas o resultado de suas pesquisas científicas que se desenvolvem com

financiamento e apoio público ou privado.

Talvez, ainda não seja possível fazer uma análise mais definitiva do papel do intelectual naquilo que se convencionou chamar de sociedade globalizada. De certa forma, num mundo caracterizado pela circulação instantânea de informações, o papel de transmissão de conhecimento seja, em si só, algo de extrema importância. Além disso, trata-se de um fenômeno não apenas latino-americano, mas de confluência com uma longa tradição norte-americana do intelectual especialista, no lugar do intelectual engajado. No entanto, qualquer diagnóstico que seja feito em torno do papel dos intelectuais deve levar em consideração alguns pontos:

- a) o impacto nos meios latino-americanos das “agendas modernizadoras” do setor de “ciência e tecnologia”; b) a crescente ascendência de algumas correntes teóricas (por exemplo, o “pós-modernismo”, os “estudos culturais”, entre outros); e, muito especialmente, c) o desenvolvimento e a combinação entre si de algumas tendências, resultantes da hegemonia das ideias neoliberais e das reformas sociais associadas a elas, o que inclui políticas econômicas, sociais e culturais (MATO, 2004, p. 85).

Quanto a questão da construção de uma identidade latino-americana, a própria globalização apresenta-se como um entrave à concretização deste desígnio. Diante de um mundo que pretende superar a barreira das fronteiras nacionais, construir uma identidade regionalista pode soar como algo incongruente. A emersão da temática da diversidade aos ambientes políticos e acadêmicos dão, ainda, novos contornos a esta problemática. Além disso, as formulações elaboradas pelos chamados “estudos culturais” sobre o tema da identidade provocam uma dissociação do binômio “nós” e “outros”, ao defenderem uma interpretação de que o outro é sempre inerente ao discurso de quem o cria (BHABHA, 1990). Tal dualidade é extremamente cara para a história da construção de identidades coletivas para a América Latina, uma vez que a imagem do “outro”, sempre apareceu como primordial para a formação de uma imagem de “nós” mesmos. Negando ao outro, a América

Latina sempre soube apontar para aquilo que ela não é, sem, no entanto, construir uma imagem hegemônica sobre o que é. Sem contar que a insistência no uso do recurso retórico da existência dos “inimigos da nação”, sempre foi recorrente para se justificar a evidência da nação frustrada (WASSERMAN, 2003, p. 103). Por isso, como advertimos anteriormente, esta concepção culturalista, ao nosso ver, é relevante para compreendermos o papel do intelectual na América Latina, uma vez que, inserido nos vetores que conduziram essa problemática, a temática da identidade passa, após um século de centralidade, a expressar a necessidade de uma outra ressignificação.

Pode-se afirmar que existe entre os analistas e historiadores um consenso interpretativo de que são poucas as regiões no mundo onde os intelectuais têm tanta ascendência sobre a vida política quanto na América Latina. Não há dúvida a respeito da sua atitude de liderança político-social. É reconhecida, no subcontinente, a sua importância quanto à gênese e a difusão das ideias, bem como o papel mediador entre Estado e sociedade que exercem os intelectuais. A presença dos intelectuais na trajetória e na diferenciação da própria identidade latino-americana é algo perceptível e notável. Hoje mais intensamente do que antes é preciso chamar sempre a atenção para as metamorfoses da ideia ou mais especificamente das representações sobre o conceito de América Latina produzida pela reflexão dos intelectuais latino-americanos, especialmente em função das transformações históricas recentes advindas tanto da globalização e de suas repercussões mais diretas quanto das transformações das décadas mais recentes que incidem particularmente no plano político. Referimo-nos aos acontecimentos mais contemporâneos que resultaram da luta contra os regimes autoritários das décadas de 1960 e 1970 do século XX e que estenderam suas repercussões para as primeiras décadas do século XXI.

Os desafios que emergiram do combate ao autoritarismo acabaram por promover uma virada duradoura e profunda na América Latina. Este processo teve repercussões generalizadas pelo continente, tanto políticas como simbólicas, influenciando e promovendo mudanças profundas,

particularmente nos setores de pensamento democrático e progressista. Do fato e da sedução pela revolução, tão poderosa desde as décadas de 1960 e 1970, passou-se à tematização da democracia, em suas diversas dimensões, ainda que no início ela fosse percebida mais como uma esperança difusa do que como uma realidade política complexa, como chamou atenção Norbert Lechner (1988). Envolto ativamente nessas mudanças e em diálogo com o mundo, os latino-americanos puderam reconhecer, por fim, que a conquista da democracia acabou por se configurar efetivamente como o mais extraordinário e histórico movimento realizado no interior das sociedades onde vivem. E, por essa razão, a democracia não pode ser concebida na América Latina, em nenhum sentido, como um fato importado. O desafio da sua construção parece ser cada vez mais forte, assim como o reconhecimento de que não poderá haver sociedade democrática sem política democrática.

Um novo repertório invadiu assim o ambiente intelectual e político latino-americano, no qual se continua a repensar como se deve compreender e representar a identidade da América Latina. À diferença de períodos anteriores, a democracia parece ser o nexó fundamental que pode guiar essa reflexão, num momento especial no qual a sociedade latino-americana busca o seu lugar no mundo ao alvorecer de um novo milênio.

Referências

- AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, Alberto. LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX. Problemas políticos e historia nacional na America Latina*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. (org.). *Intelectuais e política – a moralidade do compromisso*. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.
- BHABHA, Homi K. (org.). *Nation and narration*. New York: Routledge, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o poder*. São Paulo: Edunesp, 1997.

- CANSINO, César. *Historia de las ideas políticas – fundamentos filosóficos y dilemas metodológicos*. México: Centro de Estudios de Política Comparada, 1998.
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, Política e Literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DELPORTE, C. *Intellettuali e politica*. Firenze: Giunti, 1996.
- FUNES, Patricia. *Salvar la Nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- GILMAN, Claudia. “De la euforia a la depresión: las condiciones de la intervención intelectual” In PLOTKIN, M. y GONZÁLEZ, R. (eds.). *Localismo y globalización – aportes para una historia de los intelectuales en Iberoamérica*. Madrid: CISIC, p. 171-186, 2000.
- GRANADOS GARCÍA, Aimer. Congresos e Intelectuales en los Inicios de un Proyecto Y de una Conciencia Continental Latinoamericana, 1826-1860. In: GRANADOS GARCÍA, A. Y MARICHAL, C. (comp.). *Construcción de la identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. México: Colegio de México, 2004, p. 39-69.
- GRANADOS GARCÍA, A. Y MARICHAL, C. (comp.). *Construcción de la identidades latinoamericanas: ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. México: Colegio de México, 2004.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.2, 2000.
- HOFMEISTER, Wilhelm. Apresentação. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro IV, n. 5, p. 7-12, fev. 2004.
- JONHSON, J. J. *Political Change in Latin America: The Emergence of the Middle Sectors*, Stanford : Stanford University Press, 1958.
- JULIÁ, Santos. “Protesta, liga y partido: tres maneras de ser intelectual” in Carnero, T. A. (org.) *AYER*, 28, 1997, p. 163-192.

- LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. In: LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia - subjetividad y política*. Santiago: FCE, 1988, p. 17-38.
- MANSILLA, H. C. F. Intelectuais e política na América Latina: uma breve abordagem a uma ambivalência fundamental. In: *Intelectuais e Política na América Latina*. Cadernos Adenauer IV, n. 5. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, fevereiro de 2004, p. 13-46.
- MATO, Daniel. Para além da academia: práticas intelectuais latino-americanas em cultura e poder. In: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. *O Papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 79-106.
- OLAMENDI, L.B. & CISNEROS, I. H. (comp.). *Los intelectuales y los dilemas políticos en el siglo XX*. México: Flacso/Triana, vol. 1 e vol. 2, 1997.
- PLOTKIN, M. y GONZÁLEZ, R. (eds.). *Localismo y globalización – aportes para una historia de los intelectuales en Iberoamérica*. Madrid: CISIC, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- RÉMOND, R.(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.
- SOARES, Maria S.A. Os intelectuais latino-americanos: ontem e hoje. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, IV, n. 5, p. 127-139, fev. 2004.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.
- WASSERMAN, C. “Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico”, *Revista Anos 90*, vol. 10, nº 18, 2003, p. 99-123.
- WINOCK, M. “As Idéias Políticas”. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.